



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FORMA DE EXECUÇÃO INDIRETA SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL-CAESB E A FIRMA CTIS TECNOLOGIA S/A, NA FORMA ABAIXO:

A **COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL-CAESB**, sociedade de economia mista do Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob o nº 00.082.024/0001-37 e na CF/DF sob o nº 07324667/001-67, com sede na Avenida Sibiipiruna, Lotes 13, 15, 17, 19 e 21, CEP: 71.928-720 - Águas Claras/DF, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por Presidente **MAURICIO LEITE LUDUVICE**, e pelo Diretor Financeiro e Comercial **MARCELO ANTÔNIO TEIXEIRA PINTO**, ambos brasileiros, casados, engenheiros, residentes e domiciliados nesta Capital, e, do outro lado, a firma **CTIS TECNOLOGIA S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.644.731/0001-32, Inscrição Estadual nº 07.317.370/001-84, estabelecida em SCN Quadra 04, Bloco "B", nº 100, salas 204, 403 e 804, Edifício Centro Empresarial Varig, Brasília/DF, CEP 70.714-900, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **AVALDIR DA SILVA OLIVEIRA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado nesta Capital, tendo em vista a Homologação e Adjudicação do **PE nº 108/2015 -CAESB à fl. 1844/1845, do Processo nº 092.005494/2015**, têm entre si justa e avençada a celebração do presente contrato, vinculando-se as partes ao Edital, à Proposta da CONTRATADA, à Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.450/05, a Lei Complementar nº 123/2006, ao Decreto Distrital nº 26.851/2006, a Lei nº 5.014/2013, a Lei 5087/2013 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações além das demais Normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.1 – Constitui objeto deste contrato a prestação, pela CONTRATADA, de serviços técnicos de tecnologia da informação para desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, dimensionados através da técnica de pontos de função, em regime de fábrica de software, de conformidade com as especificações e instruções constantes do Termo de Referência do **Processo nº 092.005494/2015** que, independentemente de transcrição, passam a integrar este instrumento.

1.2 – Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações, padrões técnicos de desempenho, arquiteturais, processos, plataforma tecnológica e qualidade estabelecidos pela CONTRATANTE, mediante ordens de serviços dimensionadas pela métrica de pontos de função, em regime de fábrica de software, presenciais ou remotos, limitada ao quantitativo máximo de **25.000 (vinte e cinco mil)** pontos de função, sem garantia de consumo mínimo.



CLÁUSULA SEGUNDA FONTES DE RECURSO/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 – Os recursos financeiros são próprios da CONTRATANTE, Código 11.101.000.000-3.

2.2 – As despesas correrão à conta da Atividade/Subtítulo 17.126.6001.2557/2634, Código 12.108.105.300-2.

CLÁUSULA TERCEIRA PREÇO/VALOR

3.1 – Pela execução do objeto definido na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os preços constantes de sua proposta, nos quais, obrigatoriamente, deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, além dos encargos de qualquer natureza (seguros em geral, direitos autorais, royalties, taxas, impostos, tarifas, fretes e outras quaisquer despesas que se fizerem necessárias).

3.2 – As partes estimam o valor deste contrato em R\$ 13.389.000,00 (treze milhões, trezentos e oitenta e nove mil reais).

CLÁUSULA QUARTA PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1 – Em atendimento à Decisão n.º 6236/2013 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o prazo de execução e o prazo de vigência do mencionado contrato, hoje consolidados somente em **Prazo de Vigência**, será de **30 (trinta) meses**, contado a partir da publicação do extrato do ajuste no Diário Oficial do Distrito Federal (Decisão n.º 6057/97 do TCDF).

4.2 – O prazo acima ajustado poderá ser prorrogado se obedecida à literalidade do art. 57 da Lei n.º 8.666/93, desde que por períodos idênticos. (Decisão n.º 6236/2013 - TCDF).

CLÁUSULA QUINTA REPACTUAÇÃO/REAJUSTAMENTO

5.1 – A repactuação dos preços dos serviços será realizada nos termos do Decreto Distrital n.º 36.063/2014 e suas alterações, no que couber, das disposições da IN n.º 02/2008, da Subsecretaria de Logística e tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e suas alterações, observando o interregno mínimo de um ano.

5.2 – Na hipótese de repactuação decorrente de alteração de custo dos



materiais, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, deverá ser observado os critérios, conforme o Edital.

5.3 – Em período inferior a 01 (um) ano os preços serão fixos e irrevogáveis de acordo o § 1º, do art. 2º da Lei nº 10.192, de 14/02/2001, publicada no DOU em 16/02/2001.

CLÁUSULA SEXTA GARANTIA

6.1 – Para garantia deste ajuste, a CONTRATADA recolherá à Tesouraria da CONTRATANTE, em qualquer uma das modalidades previstas no art. 56, § 2º da Lei nº 8.666/93, caução de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, até o máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do termo respectivo e antes da protocolização da primeira fatura.

6.2 – O total caucionado será liberado ou restituído após o término do prazo de vigência do contrato, desde que não haja obrigação civil ou criminal cominada à CONTRATADA, decorrente direta ou indiretamente deste contrato, depois de verificada a quitação de eventuais multas e débitos contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Além de outras previstas no Ato Convocatório, a CONTRATANTE facultará à CONTRATADA o conhecimento e a utilização de documentação técnico-administrativa, quando necessário ao desenvolvimento dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8 – Além das outras previstas no Ato Convocatório, a CONTRATADA obrigará-se-á:

- a) responder de maneira plena, absoluta, exclusiva e inescusável pelos serviços contratados e seu perfeito cumprimento;
- b) conduzir os serviços, ora contratados, com estrita obediência às leis, regulamentos e normas pertinentes à matéria;
- c) desenvolver seus trabalhos em regime de colaboração com a CONTRATANTE, acatando as decisões da Fiscalização;
- d) prestar, sem ônus para a CONTRATANTE, os serviços necessários à correção ou revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos;



e) resguardar a CONTRATANTE contra perdas e danos e lucros cessantes de qualquer natureza, decorrentes dos serviços executados por força deste contrato;

f) manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no **PE nº 108/2015 – CAESB**, em compatibilidade com as obrigações por este assumidas;

CLÁUSULA NONA FISCALIZAÇÃO

9 – A CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços por meio da **ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PRT** e para esse fim designa os empregados **BERNARDO VERGNE DIAS**, matrícula 52.614-2 para Gestor e **ANTÔNIO CARLOS GOMES DA SILVA**, matrícula 51.851-4, para Fiscal, devidamente credenciado, com poderes para:

a) controlar contínua e permanentemente o desenvolvimento dos trabalhos;

b) sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com as especificações e condições estabelecidas;

c) decidir todas as questões surgidas, inclusive quanto aos seus aspectos técnicos e aplicação de sanções administrativas;

d) aceitar, na hipótese de força maior ou caso fortuito, as alterações na sequência dos trabalhos e no cumprimento dos prazos estabelecidos;

e) suspender, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, a execução dos serviços em andamento, liberando para pagamento os serviços comprovadamente executados e aceitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Das Espécies

A contratada que não cumprir integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, está sujeita às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos n.º 26.993, de 12/07/2006, n.º 27.069, de 14/08/2006 e n.º 35.831 de 22/09/2014:

I - advertência;

II - multa;



III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

I - Advertência

A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

a) pela CONTRATANTE, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

b) pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

II - Multa

a) A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega/serviços, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos 1 e 2 deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em



assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

b) A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

c) Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo índice geral de preços mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou cobrados judicialmente.

d) O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

e) Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

1 - o atraso não superior a 05 (cinco) dias; e

2 - a execução de multa cujo montante seja inferior dos respectivos custos de cobrança.

f) A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do item n.º 10 e observado o princípio da proporcionalidade.

g) Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II – Multa, item nº 02.

h) A sanção pecuniária prevista no inciso 4 do subitem II – a) não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

III - Suspensão

A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de



participar de licitação e de contratar com a administração, de acordo com os prazos a seguir:

- a) Por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela central de compras, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;
- b) Por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:
 - apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
 - tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
 - receber qualquer das multas previstas no subitem II e não efetuar o pagamento;
- c) são competentes para aplicar a penalidade de suspensão:
 - a central de compras, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório;
 - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

10.2 - Rescisão

- a) O presente contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos n.º 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, todos da Lei nº 8.666/93.
- b) Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela contratante e comprovadamente realizadas pela contratada, previstas no presente contrato.
- c) Em caso de cisão, incorporação ou fusão da contratada caberá à contratante decidir sobre a continuidade do presente contrato.
- d) A rescisão, por algum dos motivos previstos na Lei nº 8.666/93, não dará à contratada direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.
- e) A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da contratante, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA FATURAMENTO/PAGAMENTO

11.1 – Os pagamentos das medições/faturas serão efetuados em até 30



(trinta) dias consecutivos, contados da data de protocolização da documentação fiscal, acompanhadas da medição dos serviços com as memórias de cálculo, se for o caso, sem nenhuma pendência documental por parte da contratada e desde que efetuado em conformidade com o edital e o instrumento contratual.

11.2 – Os pagamentos das medições/faturas aos fornecedores e prestadores de serviços somente poderão ser efetuados com a apresentação das certidões negativas perante a Receita Federal (Certidão Negativa de Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias), a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS (CRF/CEF), e a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).

11.3 – A contagem do prazo para pagamento, mencionado anteriormente, se iniciará caso não haja nenhuma pendência por parte da contratada. Caso contrário, as medições/faturas deverão ser devolvidas ou suspensas as contagens dos prazos de pagamentos até o saneamento das pendências verificadas.

11.4 – Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão efetuados, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome da beneficiária, no Banco de Brasília S/A - BRB, em observância ao disposto no Artigo 6º, do Decreto nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011, do GDF, publicado no Diário Oficial do DF, em 17 de fevereiro de 2011, o qual obriga a CONTRATANTE efetuar os pagamentos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome da beneficiária, no Banco de Brasília S/A-BRB.

Parágrafo único. Excluem-se das disposições deste item:

I- Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pelo Governo Federal;

II- Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude da legislação federal, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

III- Os pagamentos a empresas de outros estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e que venceram processo Licitatório no âmbito do Governo do Distrito Federal.

11.5 – A atualização monetária dos pagamentos pendentes, desde a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento, será efetuada, caso o atraso for única e exclusivamente causado pela CONTRATANTE, com base na média da variação do INPC/IGP-DI, conforme artigo 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e Norma ND.SFI- 003 - Condições Gerais Financeiras para Fornecimento de Materiais e Serviços da Caesb.

11.6 – Havendo erro na fatura, documentação ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a medição/fatura será devolvida ou ficará pendente e o a contagem do prazo para pagamento será suspensa até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.



CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA ENCERRAMENTO/ RESCISÃO

12.1 – Este Contrato extinguir-se-á nos seguintes casos:

- a) pelo recebimento definitivo dos serviços;
- b) distrato, por consenso das partes;
- c) término do prazo contratual.

12.2 – O contrato poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA assista o direito a qualquer indenização, restituição de cauções ou retenções, na ocorrência das hipóteses previstas no Ato Convocatório.

12.3 – Em caso de rescisão contratual ficam reconhecidos os direitos da administração, nos termos do art. 55, inciso IX c/c art. 77 da Lei nº 8.666/93 (Decisão nº 10.695/96 do Tribunal de Contas do Distrito Federal).

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA RECEBIMENTO PROVISÓRIO/DEFINITIVO

13.1 – O prazo de recebimento provisório, será de até 15 (quinze) dias consecutivos, contados da data de comunicação escrita da CONTRATADA.

13.2 – O prazo de recebimento definitivo será de até 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data do recebimento provisório, observado o disposto no art. 69, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – No exclusivo interesse da CONTRATANTE e por consenso das partes, desde que não se desnature seu objeto, este contrato poderá ser alterado.

14.2 – As obrigações mútuas, ora ajustadas, suspender-se-ão nos precisos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, devendo o fato ser imediatamente comunicado à CONTRATANTE.

14.3 – A ação ou omissão total ou parcial da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

14.4 – Aplica-se à contratação os dispositivos da Lei Distrital nº 5.087/2013, especialmente em relação as exigências do art. 3º do mencionado Diploma Legal



CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA FORO

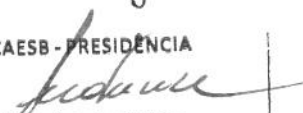
15 – As partes elegem o Foro de Brasília, Distrito Federal, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas.

E, por estarem em absoluta e total concordância, firmam as partes o presente instrumento, na presença das testemunhas a seguir, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Brasília/DF, 25 de agosto de 2016.

CONTRATANTE:


CAESB - PRESIDÊNCIA


Maurício Luduvise
Presidente

CAESB - Diretoria Financeira e Comercial-DC


Marcelo Antônio Teixeira Pinto
Diretor

CONTRATADA:


Avaldir da Silva Oliveira
Diretor Presidente

TESTEMUNHAS:


Wesley Abrantes Martins

Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção no telefone 0800-6449060. (Decreto n.º 34.031/12 - GDF)

PRJ/RGBV

